

JOSUÉ DE CASTRO: desenvolvimentismo e fome no Brasil

JOSUÉ DE CASTRO: developmentalism and hunger in Brazil

Kátia Hale Santos¹ 

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de investigação o fenômeno da fome como expressão da questão social e suas repercussões sociais segundo o pensamento de Josué de Castro. Tomamos como referência os livros *Geografia da fome* (1946) e *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1965), pois nelas estão condensados os conceitos de fome classificados pelo autor e seus consequentes reflexos na sociedade brasileira. Detemo-nos especificamente no período correspondente ao desenvolvimentismo, quando o Estado priorizou o investimento na indústria em detrimento das atividades do setor agrário. A reforma agrária, entre outras bandeiras levantadas por Josué de Castro, não foi uma política levada a efeito no país, resultando na perpetuação da fome no Brasil.

Palavras-chave: Fome. Josué de Castro. Desenvolvimentismo. Reforma Agrária. Estado.

ABSTRACT

This paper is aimed at investigating the hunger phenomenon as an expression of the social question and its social consequences according to Josué de Castro's thought. His written works *Geografia da Fome* (1946) (*The Geography of Hunger*) and *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1965) (*Death in the Northeast*) are thus core references, as they assemble the concepts of hunger labeled by the author as well as their impacts in Brazilian society. The analysis is focused specifically in the Brazilian Developmentalism period, when the State boosted investments in industry to the detriment of rural production. Agrarian Reform, among other ideas advocated by Josué de Castro, was not a policy implemented in the country thereby resulting in the perpetuation of hunger in Brazil.

Keywords: Hunger. Josué de Castro. Developmentalism. Agrarian Reform. Polity.

¹ Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA)

Autor Correspondente: Kátia Hale Santos
E-mail: katiyahale@gmail.com

Recebido em 09 de Maio de 2021 | Aceito em 05 de Julho de 2021.

Introdução

Pensar o presente e projetar o futuro impõe, inevitavelmente, “revisitar” o passado. Em um período da História em que se evidencia a fome no Brasil, examinamos tal fenômeno social sob perspectiva histórica, tomando como referência as obras de Josué de Castro, importante cientista brasileiro a mapear a fome no Brasil e no mundo.

Para examinar o pensamento do autor fizemos uma pesquisa bibliográfica, nos apropriamos do contexto histórico em que foram gerados os conceitos de fome e buscamos compreender as posições dos autores com os quais Castro dialogou e aos quais se opôs, de maneira reiterada. Na análise de conteúdo dos livros *Geografia da Fome* e *Sete Palmas de Terra e um Caixão* (1967) destacamos a visão de mundo do autor e os conceitos de fome condensados nas referidas obras, quando Castro passa a lançar mão do método geográfico.

Na primeira parte, caracterizamos a concepção de desequilíbrio socioeconômico como causa da fome no Brasil. No momento em que desenvolvimento econômico era a palavra de ordem dos países subdesenvolvidos no pós-guerra, Josué de Castro afirmou que o desenvolvimento verdadeiro estaria na melhoria de vida das populações *menos favorecidas*, que sofriam com desníveis de todas as ordens, com a miséria e com a fome. Identificamos os conceitos de fome nas duas obras do autor, já mencionadas, na segunda parte do artigo. No comando da F.A.O (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), à frente da Associação Mundial de Combate à fome, no papel de deputado federal por duas vezes consecutivas, defendendo a reforma agrária, como pesquisador e escritor, Josué de Castro fez de sua vida e obra uma luta para pôr fim à fome. Esse é o assunto da terceira parte do artigo.

Nossa intenção não foi buscar uma verdade última na obra do autor; ao contrário, fundamental foi tomarmos uma posição diante da obra de Josué de Castro num período da história brasileira, que sinaliza um caminho e possibilita um debate em torno de um pensador referência no estudo da fome no cenário nacional e internacional.

1 - Desenvolvimentismo versus Fome

Se, desde o Brasil colônia, a fome fazia parte da realidade nacional, foi na Revolução de 1930 e nas décadas subsequentes que o tema entrou na pauta das preocupações do Estado, sendo Josué de Castro um dos responsáveis por esse intento.

Em função da crise do modelo agroexportador detonada pela crise de 1929 e da incapacidade de qualquer fração burguesa brasileira suceder, nas funções de domínio, a antiga oligarquia cafeeira, foi o Estado quem estabeleceu o compromisso entre as diversas frações da burguesia brasileira, o Estado de compromisso, segundo Weffort (1986), adquirindo uma autonomia relativa face a todas elas. Como sujeito protagonista e dotado de autonomia relativa (Demier, 2012), o Estado teve como principal tarefa conduzir o processo de modernização industrial brasileira, realizando, portanto, essa transição de um modelo agrário para um modelo urbano-industrial. Entre as décadas de 1930 e 1940, foram abertas as possibilidades de desenvolvimento nos países periféricos, e o Estado, fazendo uso de expedientes da política econômica, do planejamento, da política fiscal, cambial e de crédito, reorientou a economia brasileira no sentido da industrialização, avançando também no processo de urbanização.

O Estado de Compromisso passa a ser, nas palavras de Weffort (1986), um Estado de massas populares fundamental para o processo de industrialização e do desenvolvimento do país, dotado de componentes ideológicos que derivam dos mecanismos estatais e que podem ser vistos em dois eixos, como uma política bifacetada que combinava coerção e consenso, repressão e reformas. Cria a estrutura sindical corporativista, amarrando os sindicatos ao Ministério do Trabalho, castrando, na origem, sua autonomia política, ao mesmo tempo que reprimia setores revéis, os setores dissidentes; concomitantemente, estabelece uma série de direitos sociais, reconhecendo direitos que o movimento operário demandava. As leis trabalhistas, no entanto, foram direcionadas aos trabalhadores urbanos, excluindo os trabalhadores rurais.¹

1 O presidente João Goulart sancionou a Lei 4.214/1963, o Estatuto do trabalhador rural, em 1963.

Em virtude das novas relações de produção capitalista nos moldes urbano-industriais, era preciso reorganizar a produção e circulação de alimentos para que fossem abastecidas as cidades e alimentados os trabalhadores. Incentivando o êxodo rural, o Estado passa a ser o maior interessado em promover a assistência aos trabalhadores, quando são criadas as primeiras políticas sociais relacionadas ao trabalho e à alimentação.

Josué de Castro, lançando mão da metáfora mecanicista, afirma na introdução do Inquérito sobre as condições de vida dos operários do Recife: “Não é a máquina que seja de ruim qualidade; e se seu trabalho rende pouco, se ela estanca e para a cada passo e se despedaça cedo é por falta de combustível suficiente e adequado”. (Castro, 1968, p. 67). Influenciado pela teoria do círculo vicioso ou causação circular, com referência nas ideias do economista Gunnar Myrdal (1972), Castro infere que a fome impediria o aumento da produtividade do trabalho, já que a capacidade física do trabalhador é diminuída. Em decorrência da baixa produção, o desenvolvimento econômico do país é obstruído, acarretando o rebaixamento dos salários, a queda na qualidade de vida do trabalhador e, fechando o círculo, o aumento da miséria e da fome. Nesse sentido, a desnutrição estava diretamente ligada ao desenvolvimento do país, determinado por seu crescimento econômico.

A reversão da concepção do Brasil como país essencialmente agrícola e o fortalecimento dos setores de mineração, siderurgia, energia elétrica, a fim de que se passasse a importar “máquinas para fabricar máquinas”² fora apoiado por Castro. Dentro do esforço pelo desenvolvimento econômico autônomo, praticamente todos os setores foram envolvidos e havia uma crença de que o desenvolvimento colocaria fim na miséria, nas desigualdades regionais e na incipiência do mercado interno. (Fonseca, 1987, p. 257).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-45) favoreceu o processo de substituição de importações, apesar de impor simultaneamente a intervenção centralizada do Estado, a fim de evitar uma crise de abastecimento e a perda do controle de preços. A Coordenação de Mobilização Econômica, criada com

a entrada do Brasil no conflito, teve, dentre suas atividades, o controle estratégico de combustível, o aumento da produção de chumbo, a fixação de preços e o controle de abastecimento de alimentos. Essa última tarefa, junto ao incentivo à indústria de alimentos, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de novos processos como a desidratação de alimentos, contou com a supervisão de Josué de Castro, por meio do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN). Com a queda de Vargas em 1945, teve início um processo de esvaziamento das instituições criadas no período anterior, o que incluía as instituições no campo da nutrição.

Com o fim do Estado Novo, ocorre uma ampla mobilização do povo como sujeito político a serviço da soberania nacional, uma democratização, segundo Pécaut (1990), que não deve ser compreendida com o desmonte das estruturas autoritárias no país³. A questão do desenvolvimento passa a ocupar ainda maior espaço no debate nacional e o movimento de democratização ao qual se juntaram proletariado, tecnoburocracia e burguesia industrial, uma política de massas nomeada Pacto Populista, um projeto de transformações sociais e crescimento econômico rumo ao desenvolvimento, com um mínimo de tensões sociais. Tal pacto incluía as massas populares na vida política e econômica, não se traduzindo num processo de manipulação absoluta dos setores populares pelas classes dominantes, como bem caracteriza Weffort (1986, p. 163).

As classes populares em ascensão servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, desde modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do status quo. Assim, toda a política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, o que impõe no mínimo

2 Trecho de discurso de Getúlio Vargas citado por Fonseca (1987).

3 São exemplos da continuidade do autoritarismo do Estado a ilegalidade das greves, a proibição do voto dos analfabetos e a ilegalidade do Partido Comunista.

uma política de crescimento de emprego. Em outras palavras, ela deve ser capaz pelo menos de garantir a preservação e a intensificação do ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que agora mantêm a vigência de alianças populistas.

O processo de desenvolvimento urbano-industrial de modernização capitalista brasileira, capitaneada, dirigida e planejada pelo Estado, que combinava a condução do processo econômico e a realização de um modelo de dominação social baseado num pacto de tipo bonapartista (Demier, 2012), atingirá seu ápice nos anos 1950, especialmente na segunda metade dessa década, com o desenvolvimento da indústria pesada e dos bens de capital e bens de consumo duráveis, sobretudo com a expansão no governo Juscelino Kubitschek (JK). Essa expansão baseava-se no tripé Estado, capital nacional e capital estrangeiro, quando se acentua o processo de industrialização e, ao mesmo tempo, o processo de dependência e de associação com o capital estrangeiro, que lançaria as bases econômicas para a destruição do modelo de dominação populista referenciado anteriormente.

O Plano de Metas *50 anos de progresso em cinco anos de realizações*, anunciado por JK, prometia desenvolver os setores estratégicos, energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, carregando a marca do social e prometendo beneficiar a coletividade. O país superaria o atraso em relação às nações desenvolvidas e alcançaria prosperidade pelo processo de industrialização e crescimento econômico. Segundo Cardoso (1978), JK acreditava que “com o advento industrial, com o crescimento da indústria pesada, viria o aumento da riqueza e da prosperidade para toda a sociedade: todos que a compõem poderão beneficiar-se do progresso alcançado” (p. 94). A pobreza e o subdesenvolvimento seriam superados pelo trabalho, o principal condicionante para o desenvolvimento de todas as regiões do país, superando a fome que marcava a região Norte e Nordeste, segundo os estudos de Castro.

O plano de desenvolvimento do país encontrou, no governo JK, um momento adequado para sua execução: a guerra fria entre as duas superpotências mundiais e o temor constante de que o comunismo se estendesse por todo o mundo, o que seria facilitado, na visão de JK e de outros intelectuais, inclusive Josué

de Castro, pela ameaçadora tomada de consciência do estado de miséria em que viviam as populações dos países subdesenvolvidos. O cenário formava o quadro perfeito para a implementação da política externa juscelinista, pela qual as nações democráticas e ricas correriam em auxílio aos povos atrasados e, inconformadas com a desigualdade das suas condições materiais, preservariam a democracia desses países, sua soberania e sua paz. Concordando com a visão de JK, Castro escreveu na obra *O Livro Negro da Fome*:

Um dos fatores mais constantes e efetivos das terríveis tensões sociais reinantes é o desequilíbrio econômico do mundo, com as resultantes desigualdades sociais. Constitui um dos maiores perigos para a paz, como a tranquilidade da ordem, o profundo desnível econômico que existe entre os países economicamente bem desenvolvidos de um lado, e de outro lado os países insuficientemente desenvolvidos. Desnível que se vem acentuando cada vez mais, intensificando as dissensões sociais e gerando a inquietude, a intranquilidade e os conflitos políticos e ideológicos[...] embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional, é evidente que sem uma ampla cooperação internacional é muito difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a preservar o equilíbrio político e social do mundo. (1960, pp.13-4, 58)

A miséria e a pobreza dos povos latino-americanos eram uma ameaça à paz e à ordem e, para equilibrar a economia mundial foi indispensável a “cooperação internacional”, traduzida durante o nacional-desenvolvimentismo em empréstimos financeiros a juros altíssimos e na instalação de transnacionais na América Latina, as quais fincaram suas estruturas com inúmeros benefícios.

Se, por um lado, JK encontrou apoio da “cooperação internacional” para a aceleração do processo de desenvolvimento do país, necessitava também encontrar uma teoria “científica” que explicasse e fortalecesse seu discurso e seu plano de metas. O conjunto de ideias que caracterizou o nacional-desenvolvimentismo foi originado da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado partiram das experiências do Brasil e de alguns países latino-americanos para interpretar suas relações com países de capitalismo avançado, dando ênfase à necessidade de superar a visão dos países periféricos como fornecedores de matérias-primas e compradores de produtos industrializados. Os teóricos da CEPAL procuravam demonstrar que o comércio entre os países centrais e periféricos estava alicerçado em um sistema de trocas desiguais, cujos valores das matérias-primas para exportação eram rebaixados pelas economias centrais, enquanto os produtos manufaturados vendidos pelos países desenvolvidos eram mantidos em níveis altos. Era fundamental, então, substituir esse modelo, implantando indústria de base e de bens duráveis nos países periféricos, com vistas a alcançar o crescimento econômico e diminuir os desequilíbrios entre os países e sua principal consequência: a miséria, que encontrava na fome seu pior traço.

A teoria econômica cepalina influenciou a área da saúde no Brasil, configurando-se o “sanitarismo desenvolvimentista”, contando como representantes Mário Magalhães da Silveira, Carlos Gentile de Melo e Samuel Pessoa. Os sanitaristas, inspirados pelo conceito de “causação circular cumulativa”, de Gunnar Myrdal (1960), compreendiam que a miséria e as péssimas condições de saneamento, educação, habitação e alimentação resultavam em doenças, implicando na queda da produtividade do trabalho e no agravamento do quadro de pobreza. Dessa forma, era necessário elevar o patamar de desenvolvimento econômico e a renda nacional para superar as desigualdades no campo e na cidade e debelar a miséria, a pobreza, as doenças e a fome. Os médicos procuravam aprofundar as relações entre desenvolvimento econômico e social e o controle das doenças na população, ao mesmo tempo que buscaram romper com modelos de atenção médica impostos pelos países industrializados, os quais não encontravam reflexo na realidade brasileira. Assim, as formulações e o planejamento de programas de saúde privilegiavam as condições de existência da população, estando articulados a mudanças mais amplas e de organização econômica e social do país. O pensamento e ações dos sanitaristas e de Josué de Castro identificavam-se, então, com a perspectiva nacional desenvolvimentista.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) deu início a uma formulação teórica de cunho nacionalista, tendo sido criado como um instrumento para forjar uma ideologia⁴ que promovesse e incentivasse o desenvolvimento necessário em nações subdesenvolvidas, onde haviam se instalado efetivas condições para esse processo (Toledo, 1977, pp. 35-6).

Para os intelectuais que se reuniram no ISEB – Roland Corbusier, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, entre outros – tornava-se possível constituir a ideologia do desenvolvimento⁵, pois a estrutura econômica do país, predominantemente agrário-exportadora de produtos primários, convertia-se em um crescente processo de industrialização e conseqüente urbanização e aumento do consumo. O país estava se modernizando e rompendo com estruturas conservadoras e obsoletas, era chegada a hora de cumprir seu destino rumo ao desenvolvimento, “a fim de ser um grande império poderoso e forte, e não uma simples terra de plantação.” (Cardoso, 1978, p. 242).

Josué de Castro não era associado ao ISEB, muito embora mantivesse um relacionamento estreito com a instituição e seus intelectuais, comungando com muitos de seus conceitos e ideias. A união da nação brasileira, sua harmonia e seu progresso e, conseqüentemente, o fim da fome, era interesse do nosso autor. Vale dizer, ainda, que Josué de Castro não era contrário aos fundamentos da sociedade capitalista e à existência da sociedade cindida em classes sociais, e nem mesmo se opunha à propriedade privada dos meios de produção. Castro se confrontava com certos aspectos geradores de desigualdades sociais que impediam a todos colherem os frutos de um desenvolvimento econômico equilibrado.

É preciso antes de tudo trabalhar para extirpar do pensamento político contemporâneo está ideia errônea da economia considerada como um jogo em

4 O termo ideologia não se refere ao sentido marxista de “ideologia como falsa consciência”, àquela que oculta, inverte, naturaliza o que é histórico, social, mas como uma contribuição para racionalizar o surto de desenvolvimento que se processava no país e elaborar uma teoria, um instrumento eficaz no processo político.

5 A ideologia nacional desenvolvimentista hegemônica, sustentada pela aliança de classes, silenciou as relações de classes, resultando na ilusão de que as relações entre trabalhador e capitalista seriam de troca simples, em que ambos obtinham um equivalente. Dessa forma, acabou respondendo os interesses da classe burguesa nacional e do capital internacional.

que alguns devem sempre perder para permitir a outros sempre ganhar. É preciso fazer da economia um instrumento de distribuição dos bens da terra, a fim de que em nosso tempo, já não se possa aplicar a esta ciência a definição amarga que lhe dera Karl Marx no século passado, quando falava das ciências das misérias humanas (Castro, 1960, pp. 76-77).

Relacionando a fome à questão desenvolvimentista, Castro afirmou que não havia como negá-la como um produto direto do subdesenvolvimento e que isso não era um fatalismo provocado pelas forças da natureza, mas um acidente histórico provocado pela força das circunstâncias, pelas mãos dos homens.

2 - Josué de Castro entre homens e caranguejos

Geografia da Fome (1946) marca uma mudança em relação à produção anterior do autor. Se a fome, a subnutrição e o problema alimentar apareciam nos primeiros escritos como sinônimos, com enfoques fragmentados e pouco articulados entre si, em *Geografia da fome*, propôs uma categoria que revelasse a amplitude e a multidisciplinaridade da questão. A fome e os flagelos dela correntes aparecem como expressão biológica de males sociológicos ligados às distorções econômicas: a estrutura agrária feudal⁶, o regime inadequado de propriedade marcado pelo latifúndio e pelo minifúndio, as relações de trabalho socialmente inadequadas levavam à não utilização da riqueza potencial do solo. Tais distorções se agregam para formar uma teoria explicativa da pobreza, da miséria e do subdesenvolvimento, como seria apresentado nos anos subsequentes.

Josué reivindica, então, para os países de terceiro mundo, as mesmas condições de vida dos países localizados ao Norte do globo. A principal questão a ser resolvida seria equiparar as indústrias entre os países subdesenvolvidos – ideia que concordava com a visão desenvolvimentista, como vimos anteriormente – e satisfazer as necessidades básicas da população, sendo a principal delas a alimentação. O dilema dos países periféricos foi simbolizado pelo autor na expressão “pão ou aço”, sendo “pão para os homens

famintos e impacientes ou aço para as máquinas que depois alimentariam satisfatoriamente os homens” (Castro, 1960, p. 68).

Na obra de Josué, destaca-se o método geográfico, lançando mão, para a leitura do fenômeno da fome, de ferramentas extraídas desse campo da ciência, seja para delimitação da região estudada, demonstrando o perfil alimentar nela predominante, seja para explicar o porquê de alguma carência nutricional presente em seu quadro de fome, identificando suas causas históricas, econômicas e culturais. A influência da geografia francesa, a geografia humana de Vidal de La Blache, foi marcante, segundo Andrade (2003), nas primeiras décadas do século XX, apresentando-se como elemento diferenciador da geografia alemã: a recusa ao determinismo radical das condições geográficas sobre o homem. A Geografia agregada à História ganhara cidadania acadêmica no Brasil com a inauguração da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, sendo o modelo de estruturação da universidade, o francês. Entre os 16 professores europeus contratados pela universidade estavam no curso de Geografia Pierre Deffontaine e Pierre Monbeig, ambos referências nas obras de Josué de Castro. A escola possibilista de La Blache inaugura a geografia humana explícita e nosso autor passa a utilizar o método geográfico como meio para compreensão do homem na terra, sendo esse um agente capaz de mostrar-se forte e modificar o meio em que vive, compondo, assim, o espaço humanizado. Castro percebe, então, a possibilidade de entender a história das populações atingidas pelo flagelo da fome, identificando seus determinantes, sendo possível reverter essa calamidade. No livro *Ensaio de Geografia Humana*, de 1939, Josué de Castro esclareceu o sentido dado à geografia em sua obra:

Este trabalho se concentra numa espécie de estudos de categoria geográfica – neste setor da geografia que, ao focalizar o homem como objetivo central e suas análises, se chamou de Geografia Humana. Geografia da paisagem cultural, da paisagem humanizada, pela presença de traços de cultura, das marcas que o elemento humano vem incrustando através dos tempos na superfície da terra. Fazendo da terra uma espécie de pergaminho todo recoberto dos hieróglifos que contam a história da humanidade: das suas lutas, das suas conquistas, dos seus compromissos e de suas vitórias em face das forças naturais (Castro, 1966, p. 7).

6 Cabe dizer, sem muito nos alongarmos, que Josué de Castro não levou em consideração que o regime de propriedade colonial em muito se diferenciava do regime feudal europeu.

Na obra *O Livro Negro da Fome*, escreveu que “a verdade é que em medicina, como no campo das ciências sociais ou geográficas, cada vez mais devemos ser prudentes ao falarmos em determinismo, desde que mais consentâneo se apresenta o conceito de possibilíssimo”, ou seja, da ação de fatores que possibilitam o aparecimento de determinados fenômenos, quer biológicos, quer sociais (Castro, 1960, p. 19). Demonstrou que mais de 66% da população mundial vivia em estado de fome crônica por imposição do pauperismo e da miséria econômica, sendo essa a causa da fraqueza e do desgaste biológico que inferiorizavam os grupos mais pobres em comparação aos grupos mais ricos, bem alimentados e saudáveis. A desigualdade econômica que imperava nos países subdesenvolvidos possibilitava a geração de fomes específicas, sendo a baixa ingestão de proteína o principal fator para manifestações de doenças. Os 19 países mais ricos, que concentravam apenas 16% da população do mundo, usufruíam mais de 70% da renda mundial, em contraste com os 15 países mais pobres, onde os mais de 50% do contingente populacional detinham menos de 10% da renda mundial. O autor ensinou, ainda, que a deficiência alimentar não é determinante exclusivo para a geração de doenças. As condições climáticas, o regime de trabalho, os agentes vivos do meio biótico, a cultura e as próprias condições psíquicas dos grupos humanos, submetidos a diferentes impactos de categoria social, podem determinar uma grande variabilidade na resistência às deficiências de alimentação; entretanto, considera a fome um fator predominante.

Em *Geografia da fome*, o mapa da fome do Brasil está dividido em duas áreas: as áreas de fome endêmica, quando sua manifestação é permanente (área amazônica e área do Nordeste açucareiro), e a área de epidemia de fome, quando sua manifestação é transitória (área do sertão nordestino). As demais regiões do país são classificadas como área de subnutrição (Centro-Oeste e extremo Sul), “nas quais as deficiências alimentares são mais discretas e menos generalizadas” (2006, p. 249).

Ao discorrer sobre a fome endêmica na região amazônica, Castro, adotando uma visão à época predominante, afirma que a fome seria justificada pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças

agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares. Em tal região, a fome decorre da pobreza natural em alimentos da floresta equatorial. A região amazônica guardava a monotonia da dieta alimentar: farinha de mandioca, um pouco de feijão e arroz, carnes e ovos de tartaruga, além de um raro consumo de verduras e vegetais. A floresta era um obstáculo à criação de gado e, por isso, carne fresca, leite e derivados eram escassos na região.

O autor travou debate com as concepções deterministas de sua época quanto às análises do Nordeste brasileiro. Enquanto seus opositores defendiam que a tragédia presente no Nordeste era expressão exclusiva do duro clima sob o qual viviam aquelas populações, moldadas pela natureza a sua volta, concluindo-se que o flagelo da fome era mais intenso no sertão seco do que na zona da mata úmida - onde os índices pluviométricos eram maiores do que no sertão -, Josué provou justamente o contrário. No sertão seco, a fome esporádica acontecia em tempos de seca, mas no trecho litorâneo ela era constante. Para analisar o fenômeno da fome, o autor identificou dois Nordestes: o Nordeste Oriental ou marítimo, marcado pela exploração monocultora latifundiária de cana-de-açúcar; e o Nordeste Ocidental ou Central, marcado pelas secas. Na região litorânea, a fome era causada pela ação humana naquele espaço, onde a produção era organizada para atender as necessidades de acumulação do capital dos grandes latifundiários monocultores e exportadores da cana-de-açúcar, não permitindo a produção e a cultura de alimentos essenciais para a saúde e o desenvolvimento da população.

Segundo o autor, esse quadro havia sido pintado há séculos, quando, desde cedo foram dadas grandes possibilidades naturais para que a terra oferecesse alimentos às populações regionais; no entanto, a terras do litoral nordestino se prestaram ao cultivo da cana-de-açúcar, sacrificando outras culturas, destruindo o revestimento vivo, vegetal e animal da região e subvertendo o equilíbrio ecológico da paisagem. O sistema da exploração monocultura e latifundiária da cana-de-açúcar degradou qualquer possibilidade de cultivo de outras plantas alimentares, uma influência nefasta e geradora de uma fome específica, a fome crônica (Castro, 1967, pp.44-45). Durante a história, foram feitas tentativas de mudar o

regime de utilização das terras no litoral nordestino, fracassadas em sua origem. A paisagem de miséria alimentar, como a pior face da miséria que acompanhava há séculos a população da região, perdurava, “apesar dos enormes progressos realizados na indústria do açúcar como a instalação das grandes usinas modernamente equipadas e, apesar de todos os esforços do governo federal em ajudar a economia da região” (Castro, 1967, p. 55).

Sobre o sertão nordestino, Josué afirmou que a população detinha hábitos alimentares relativamente adequados para aquele domínio climático-botânico, sendo o flagelo da fome esporádico e relacionado aos períodos de secas. Afirma também que, mesmo sofrendo o flagelo das secas, se a sua economia se tivesse consolidado de forma a garantir à sua população um poder aquisitivo razoável, o sertão não ficaria entre as áreas de fome do continente americano. Ele não subestima a importância de fatores climáticos para o desenvolvimento do Nordeste, mas sustenta que a fome é a manifestação biológica de um problema social e econômico. No sertão nordestino, a alimentação à base de milho – como em quase toda a América Latina – diferencia-se pelo consumo conjunto de proteínas oriundas do leite, da carne de gado vacum e do gado caprino. Como cedo foi verificada pelos colonizadores a pouca serventia da região para a agricultura, desviou-se a atividade do colono sertanejo para a pecuária. “A criação de gado vindo de Portugal ou do Arquipélago do Cabo Verde, o qual se aclimatava muito bem neste ar seco e saudável e se desenvolve maravilhosamente nas suas pastagens naturais, formadas de várias espécies de gramíneas” (Castro, 1967, p. 63). O sertanejo converteu-se numa espécie de vaqueiro e agricultor, um semeador em pequena escala, plantando e colhendo produtos para a sua subsistência e de sua família. Plantava maxixe, verduras, abóbora, batata-doce, mandioca, fava, feijão e milho nos vales mais húmidos nos baixios, nos terrenos da vazante como cultura de horta e jardim, uma fonte de alimentos que os senhores de engenho do brejo, plantadores de um mar de canaviais, chamavam de roça de matuto, com ar depreciativo. Portanto, fora dos períodos da seca, o sertanejo tinha uma alimentação equilibrada e que superava o regime alimentar da população moradora na zona da mata (Castro, 1967, p. 66).

Nosso autor afirmou, ainda, que a causa da fome nos períodos da seca estava menos ligada ao clima e mais à estrutura social reinante, à organização econômica defeituosa e à proletarização progressiva da população, “cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de qualquer reserva com que seja possível enfrentar os períodos de escassez, os anos de vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas”. (Castro, 1967, p. 93). A fome no sertão nordestino acabaria quando findado o arrendamento, a parceira e a meação, regimes nos quais o agricultor ficava com uma parte ínfima da produção, com a qual se alimentava e também a sua família, nunca sobrando para fins de comercialização ou de reserva para os tempos de seca.

O médico pernambucano trava um combate contra o determinismo, identificando os agentes históricos causadores do flagelo da fome e afastando a tese de que o povo nordestino estava condenado a viver na miséria ou a migrar para longe dessa terra tão inóspita. O autor estabelece uma conexão entre o social, o econômico e o político, apontando possibilidades de superação. Sua leitura sobre a fome nos revela dois Brasis, um arcaico e um moderno, sendo que a manutenção de esquemas ultrapassados de exploração da terra no Brasil arcaico gerava a fome, que incapacitava o homem física e psicologicamente, impedia sua produtividade e dificultava a promoção da unidade nacional, desejo maior do autor e promessa da política nacional-desenvolvimentista. Se, por um lado, ao localizar a fome como problema provocado pelo homem, Josué apresentou uma barreira para a transformação da realidade nacional e concretização de seu desenvolvimento, por outro, já não existiam obstáculos “naturais” para acabar com a fome, e o país poderia alcançar o progresso que tanto almejava. Sua viabilidade dependia somente da intervenção planejada do Estado e da cooperação dos “homens de boa vontade”.

3 - O combate à fome

A vida de Josué de Castro se confundiu com a luta travada por ele para pôr fim à fome que assolava 2/3 da população de todo o planeta, sendo diversos os papéis desempenhados por nosso autor na tentativa de combater esse fenômeno no Brasil e no mundo.

Destacamos sua luta contra o flagelo da fome também na trajetória político-partidária. Ligado a Getúlio Vargas e motivado pelo anseio de contribuir com os seus conhecimentos na formulação de propostas para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos relacionados à problemática da fome, fez de seus dois mandatos um espaço de atuação compatível com suas ideias e ideais. Dentre suas principais propostas, a mais ambiciosa era a reforma agrária, mas não foi vitorioso. Denunciou a estrutura agrária nos sertões nordestinos e as relações de produção, a exemplo do foro e do arrendamento, como causas da fome no sertão. Evidenciou os problemas sofridos pelos sertanejos, mas, avesso à ideia de pobreza inexorável, de superpovoamento e de poucas potencialidades dos sertões nordestinos, deu maior peso à questão agrária e à fixação do homem à terra sertaneja. Nesse sentido, Castro é contrário às análises de Furtado (1978), bem como da política sugerida pelo autor para o Nordeste brasileiro, especialmente da região sertaneja. Na contramão dos estudos de Josué, Furtado considera que a região concentra uma alta densidade demográfica e está sujeita a crises climáticas (as secas) e, por isso, com baixa potencialidade de desenvolvimento agrícola. Ao sertão foi associada a ideia de industrialização e, para tanto, seria necessária uma política estatal dirigida aos investimentos em infraestrutura, em crédito e assistência técnica, impulsionando a economia e o desenvolvimento da região. Para diminuir a pressão demográfica no semiárido, Furtado propôs a política de transferência de parte da população para terras do litoral maranhense.

Josué de Castro toma a reforma agrária como um imperativo econômico, político e social, um princípio para que a massa saísse da ignorância e da miséria, passando a participar ativamente do processo de desenvolvimento do Nordeste e do país, fosse no campo ou na cidade. Suas tentativas de estabelecer indenização de terras desapropriadas pelo valor histórico, não pelo valor venal, estipulando uma faixa obrigatória para a agricultura de subsistência, fracassaram! Perdeu em companhia de todo o povo brasileiro.

Nosso autor visitou outros países entre 1930 e 1940, difundindo seus estudos sobre a fome. O tema, vale lembrar, ganhou uma dimensão mundial durante

a Segunda Guerra Mundial, culminando na fundação da Comissão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), presidida por Josué de Castro, em dois mandatos consecutivos no período de 1952 a 1956. Antes fora membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO (1947) e Delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura da ONU. Durante seu trabalho na FAO, chamou a atenção das grandes potências, alertando-as de que já era tempo de sair da economia colonial para a economia baseada na reciprocidade da cooperação, levando em conta interesses comuns. Empreendeu, ainda, várias bandeiras de luta contra a fome nos países subdesenvolvidos, questionando as velhas estruturas agrárias, o latifúndio improdutivo e fazendo uma defesa incontestada da reforma agrária.

O autor teceu críticas aos altos investimentos em armamentos realizados pelas grandes potências. Calculava-se em cerca de cem bilhões de dólares os gastos militares anuais, quando com 15% dessas despesas era possível atender as necessidades básicas de investimentos das regiões subdesenvolvidas para empreender a sua libertação da miséria e da fome (Santos, 2009). Em seu pronunciamento no Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo, ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas, o autor externou sua perplexidade diante os gastos com o aparato bélico, diante dos escassos recursos dedicados ao combate da miséria, da fome e das doenças decorrentes de ambas.

Preocupado com a destruição do planeta por meio das armas nucleares, tomou o tema Ecologia, sendo precursor do debate. Em decorrência de seu posicionamento sobre a necessidade do desarmamento e suas menções à Ecologia, saindo em defesa do bloco de países mais pobres, tornou-se *persona non grata* frente aos interesses dos países que comandavam a economia mundial, sendo esse o motivo de não ter concorrido ao terceiro mandato na FAO. Em seu discurso de despedida, denunciou a “indústria da fome” operando no complô dos países ricos contra os mais pobres, confessando sua decepção quanto à inoperância da FAO:

Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO, mas desejo dizer, com toda a sinceridade - e peço que me perdoem por falar com uma sinceridade um tanto brutal – que me sinto decepcionado diante

da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afluamos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade. (Castro, 1960, p. 64).

Ao deixar a presidência da FAO, conhecido e respeitado mundialmente, Josué de Castro fundou, em 1957, em Paris, juntamente com Abbé Pierre e o Padre Joseph Le Bret, entre outras personalidades, a Associação Mundial de Combate à Fome (ASCOFAM). Em 2 de setembro de 1957, foi fundado o escritório brasileiro no Rio de Janeiro. Destacavam-se como planos de atuação da ASCOFAM no Brasil: um plano de combate às endemias do Nordeste por meio da assistência alimentar em colaboração com o Departamento de Endemias Rurais; um plano de enriquecimento artificial dos alimentos em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência e um plano de expansão de produtos de proteína por meio da instalação de grandes indústrias de rações balanceadas para animais de criação, partindo de matérias-primas regionais.

A respeito do plano de expansão de proteínas, foi elaborado o estudo de proteínas para a América Latina, um projeto piloto para compreender as condições alimentares na América Latina, fundamentado no baixo consumo médio dos produtos de fonte de proteína animal (carne, peixe, leite, queijo e ovos), um dos mais reduzidos em todo o mundo. “O consumo de carne não alcançava 30 quilos de carne por habitante por ano e o consumo de leite, em muitas regiões da América Latina, era praticamente nulo, pois não atingia a oito litros por habitante por ano” (Castro, 1960, p. 142). No Brasil, a FAO estimava que o consumo humano de proteínas “era da ordem de 54 gramas/dia, sendo 17 gramas de origem animal, o que indicava quantidade insuficiente, uma vez que deveria dispor de 70 a 80 gramas de proteínas por

habitante, das quais 30 a 40 gramas de origem animal” (1960, p. 146).

O projeto tinha como objetivo investir em pesquisas para extração de proteínas de vegetais que poderiam ser industrializadas e consumidos pela população. Dos trabalhos realizados no Brasil pela ASCOFAM no período de 1957 a 1959, merecem destaque: o seminário de endemias e nutrição do Nordeste, na cidade de Garanhuns, Pernambuco; a organização de um filme documentário sobre o drama das secas; e o projeto de enriquecimento da farinha de mandioca. Entre as realizações e propostas formuladas pela entidade no Brasil, destacam-se: o estudo das estruturas agrárias visando a elaboração de um projeto de reforma agrária; a ampliação do projeto de novas indústrias alimentares; a ampliação do plano de enriquecimento de alimentos; a criação de um selo ASCOFAM para ser concedido aos produtos de alta qualidade; o plano de publicações educacionais.

A ASCOFAM desenvolveu intensas campanhas de divulgação e denúncia do problema da fome e buscou realizar ações conjuntas com vários órgãos nacionais e internacionais em regiões subdesenvolvidas do mundo. O pioneiro Projeto Tracunhaem realizou, como apoio da FAO/ONU, uma experiência de desenvolvimento comunitário em uma região com características tanto rurais quanto urbanas típicas do Nordeste brasileiro. Destacamos, ainda, o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, realizado em setembro de 1955, com participação de três mil delegados que, pela primeira vez, desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas do Recife, encerrando o protesto na Assembleia Legislativa, sob vibrantes aplausos à reforma agrária.

Considerações finais

Resgatar os principais pensadores da formação sócio-histórica brasileira constitui-se em um importante exercício para pensar o passado e projetar o futuro. Nessa direção, não poderíamos deixar de observar a tendência dos brasileiros a negligenciar a produção intelectual de grandes nomes da ciência brasileira e internacional anterior à nossa época, sobretudo quando ela destoa das teorias relacionadas à ideologia dominante e à estrutura social vigente. O país das desigualdades trata discriminadamente

os intelectuais que não estão “na moda” e que não comungam da ideologia do Estado. A cada geração, a vida intelectual no Brasil parece começar do zero e o apetite pela produção recente dos países “avançados”, muitas vezes, tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, tendo como consequência a descontinuidade da reflexão, a interrupção do processo de construção do conhecimento – da ciência – e a falta de perspectiva para solucionar as múltiplas faces da questão social, entre elas, a fome. Sim, porque estudar o pensamento e a ação de homens públicos, de cientistas e de políticos que dedicaram a vida enfrentando resistências na tentativa de construir uma sociedade mais justa é uma das formas das quais devemos lançar mão para a construção do futuro.

Josué de Castro, cientista, professor, geógrafo, parlamentar, nosso autor teve grande influência na vida nacional, além da projeção internacional por meio de sua atuação na FAO-ONU e de suas obras, algumas delas publicadas em mais de 20 idiomas. Dedicou o melhor do seu tempo chamando atenção para a miséria e para a fome que assolava os brasileiros e os povos viventes nos países subdesenvolvidos. A leitura sobre o fenômeno da fome na produção intelectual de Josué de Castro é resultado do confronto entre as suas experiências pessoais, sua formação e o contexto histórico onde se desenvolveram suas ideias e nos quais se transformaram o autor, seu discurso e as condições sociais de então.

Travou debates com autores e políticos conservadores e apontou para a necessidade de investimento no setor agrário, dando ênfase para os investimentos no sertão nordestino onde havia condições de produção para alimentar tanto os trabalhadores urbanos da indústria, comércio e serviços, quanto o homem do campo e sua família, dando condições para que lá permanecessem. A superação da fome aguda vivida pelos sertanejos nos momentos de seca dar-se-ia com a reforma agrária pregada por Josué de Castro, com a qual o sertanejo aumentaria sua produtividade, tendo a oportunidade para estocar alimentos e/ou vender o excedente de suas plantações, poupando para os longos períodos de estiagem. Mostrava-se a visão progressista de Josué de Castro, porém, suas ideias e projetos não lograram êxito.

Observamos a preocupação constante de Castro com o empobrecido e espoliado Nordeste brasileiro, região onde nasce e cresceu; todavia, verificamos seu compromisso em combater a fome dos povos dos mais diversos países e continentes, encarando a humanidade com única, embora heterogênea. Se, por um lado, nosso autor preocupou-se em individualizar os casos e os problemas com o método geográfico, conciliando medidas que se ajustassem em níveis locais e regionais, sem pretender um único remédio para territórios, povos e culturas distintas; por outro, demonstrou que muito tem em comum a história dos povos famintos em todo o mundo. A visão de totalidade de Josué de Castro não se expressa apenas na análise da interdependência dos fatos e fenômenos, mas também na concepção geográfica e no desejo de construir um só mundo, heterogêneo em suas diferenças, mas homogêneo em suas aspirações de bem-estar e de um mundo sem fome.

Josué de Castro é referência para o debate histórico sobre o fenômeno da fome e da miséria no Brasil e no mundo e, mesmo não sendo reconhecido o seu legado, segue como exemplo de compromisso público e de abrangência intelectual em torno da temática da fome.

Referências

- Andrade, M. C. de. (2003). Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In: *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Cardoso, M. L. (1978). *Ideologia do desenvolvimento – Brasil*: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castro, J. de. (1937). *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo.
- Castro, J. de. (1936). *Alimentação e raça*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Castro, J. de. (2003). Armamentismo (discurso). In *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Castro, J. de. (1968). As condições e vida das classes operárias do Recife. In *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, J. de. (1966). *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Brasiliense.

- Castro, J.de. (2006). *Geografia da fome – O dilema pão ou aço*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Castro, J.de. (1951). *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- Castro, J.de. (2005). *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castro, J.de. (1968). *O ciclo do caranguejo*. In *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, J.de. (1960). *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, J.de. (1933). *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- Castro, J.de. (1967). *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- Castro, J.de. (2003). Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: CASTRO, A. M. de. (Org.). *Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Demier, F.A. (2012). *O longo bonapartismo brasileiro (1930 – 1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense; Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1389.pdf>. Acesso em 25/09/2020.
- Fonseca, P. C. D. (1987). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Freyre, G. (1951). *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Furtado, C. (1978). Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. – Brasil, Conselho de Desenvolvimento, GTDN. 3. Ed. Recife, SUDENE.
- Myrdal, G. (1972). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Sagam.
- Neto, A.P. (2014). *De curral da fome a Campo Santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Disponível em http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_armando-p-neto. Acesso em 10/07/2020.
- Pécaut, D. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- Rios, K.de S. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Ceará: Imprensa Universitária Federal do Ceará.
- Santos, K.H. (2009). *Josué de Castro: fome e repercussões sociais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de estudos pós-graduado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Toledo, C.N.de. (1977). *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática.
- Weffort, F.C. (1986). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.